

Tecnologia fortalece o controle social no 'deserto de dados' sobre os governos

Novas ferramentas têm tido grande impacto para melhorar a fiscalização dos atos de prefeituras, mesmo em ambientes de difícil acesso a informações



Fernanda Campagnucci, diretora-executiva da Open Knowledge Brasil

Em um país marcado pela desigualdade social e pelo acesso restrito às informações públicas, um dos instrumentos mais valiosos para o acompanhamento das ações governamentais - seja em nível federal, estadual ou municipal - é a fiscalização exercida diretamente pela sociedade. Esse é o chamado controle social, desempenhado há décadas por entidades que monitoram políticas públicas em áreas como Saúde, Educação e Assistência Social. Porém esse controle esbarrou sempre na dificuldade para encontrar e avaliar dados oficiais, obstáculo que o avanço tecnológico e o aprimoramento da legislação, como a Lei de Acesso à Informação, têm ajudado a derrubar.

Robôs, inteligência artificial e soluções em franco desenvolvimento já permitem a pesquisadores e jornalistas recolher dados e criar ferramentas que organizam e "libertam" informações estratégicas dispersas em sistemas governamentais. Esse tipo de cruzamento de dados digitalizados garante, por exemplo, o acompanhamento diligente de políticas que se revelam insatisfatórias para a sociedade por meio de buscas refinadas em diários oficiais.

Em cidades como Macapá e Santana, no Amapá, a ferramenta "Querido Diário", criada pela equipe da Open Knowledge Brasil (OKBR), oferece gratuitamente, desde o começo deste mês, a possibilidade de busca e organização das informações contidas nos diários oficiais desses dois municípios do Amapá. A OKBR é uma entidade sem fins lucrativos referência na disseminação da cultura da transparência de dados.

O "Querido Diário" está também ao alcance de outras 49 cidades com mais de 100 mil habitantes em todo o país, que somam mais de 45 milhões de pessoas. Em 12 capitais, a população conta com esse instrumento que dá mais transparência aos atos administrativos. O site também tem um painel de monitoramento com informações relativas às cidades, que permite acompanhar sua distribuição geográfica e o impacto populacional.

"Não lidamos com a transparência pela transparência. Os dados são meios para

acessar direitos, acessar cidadania. Vejo um ciclo se fechando quando a transparência atua em favor de direitos da população. É nesse momento que a gente vê sentido no trabalho que é feito", afirma Fernanda Campagnucci, a diretora-executiva da Open Knowledge Brasil.

O deserto de dados na Amazônia Legal

Essa prática comunitária se revela ainda mais importante nos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins). Os especialistas em transparência identificam um "deserto de dados" com impacto negativo sobre a população nos municípios da região. Esse "deserto" fica patente quando sistemas oficiais não permitem o acesso ao detalhamento de informações que deveriam ser públicas.

No entanto, com o avanço da tecnologia, a transparência evolui, mesmo quando o terreno é árido para o uso de dados públicos. Em agosto de 2021, a jornalista Beatriz Farrugia utilizou a plataforma do "Querido Diário" para entender como os diários oficiais de Manaus (AM) explicavam parte da história do segundo colapso do sistema de saúde pública devido ao agravamento da pandemia. Ao analisar as edições do diário oficial do município de novembro de 2020 a janeiro de 2021, Beatriz encontrou medidas contraditórias e constatou uma demora na adoção de políticas para conter o avanço do contágio na cidade.

Além do colapso na saúde, que marcou o combate à pandemia em Manaus, a Região Amazônica depende do avanço da transparência para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à proteção da floresta e à agenda climática. Um dos temas mais sensíveis - e que demandam acesso a dados abertos - é o monitoramento da emissão de licenças ambientais e o mapeamento das ações anunciadas para o controle do desmatamento ilegal.

Por isso, a OKBR está terminando de desenvolver uma nova ferramenta que será dedicada exclusivamente à análise de atos ligados às políticas públicas do setor. A plataforma deve ser lançada no primeiro tri-

mestre de 2023, em parceria com seis entidades voltadas ao jornalismo ambiental e de dados.

"Nossa intenção é, até 2023, ter centenas de municípios no 'Querido Diário'. Temos um foco muito especial na região da Amazônia Legal e queremos que seja uma parcela importante dessa expansão", explica Giulio Carvalho, coordenador de Inovação Cívica da OKBR.

O Nordeste contempla o maior número de cidades integradas à ferramenta da OKBR para desfazer a opacidade das informações oficiais, com 17 municípios. A população impactada nessa região é de aproximadamente 11 milhões de pessoas. O ranking é seguido pelo Sudeste (16 municípios e 17,2 milhões de pessoas), Norte (7 municípios e 5,3 milhões de pessoas), Centro Oeste (6 municípios e 7 milhões de pessoas) e Sul (6 municípios e 5,3 milhões de pessoas).

Este ano, o Portal Paraíba Feminina revelou, graças ao mecanismo para "libertar" dados de diários oficiais, que as empresas de transporte público em João Pessoa se beneficiavam da isenção temporária de impostos, sem que as exigências de melhoria dos veículos fossem atendidas.

Transparência a serviço da capacitação profissional

Se a cultura de dados abertos tem impacto direto nas comunidades, a criação desse tipo de ferramenta também fortalece a produção de conhecimento na área de tecnologia e de uso de dados públicos em universidades e instituições de ensino técnico. Apenas na Região Amazônica, dois grandes eventos, em 2022, estimularam o desenvolvimento de novas plataformas de transparência.

Em julho, Belém (PA) recebeu a primeira Conferência Brasileira de Jornalismo de Dados e Métodos Digitais na Amazônia. Em outubro, Manaus (AM) abrigou a Python Brasil, a maior conferência sobre linguagem de programação Python da América Latina. Giulio Carvalho conta que a atuação cívica, voltada ao atendimento dos temas de interesse da sociedade, mobiliza a comunidade de dados, com exemplos concretos.

Em Alagoas, alunos do Instituto de Tecnologia em Informática e Informação de Alagoas (Itic) encontraram uma solução que permitiu a extração e organização de dados de 101 municípios, que estavam reunidos no diário oficial de uma associação de municípios do estado.

O mesmo pode ser feito por estudantes e professores de outras instituições de ensino na Amazônia Legal, que conta com profissionais de alta capacitação, porém com pouco incentivo para desenvolver soluções com impacto social.

"É preciso fortalecer o ecossistema de dados na Amazônia, para que os atores locais possam se apropriar dos dados para manifestar suas próprias agendas. As próprias mudanças climáticas afetam de forma desproporcional as pessoas mais vulneráveis. E todo esse conhecimento acaba também por atenuar o impacto disso sobre as populações mais vulneráveis", avalia Fernanda Campagnucci, da OKB.

PÁGINA 16

- Administração • Arquitetura e Urbanismo •
- Design • Direito • Ciências Contábeis •
- Educação Física • Engenharia Civil • Pós Graduação •